

Título	Socorro com o dinheiro alheio
Veículo	Canal Energia
Data	18 Fev 2010
Autor	Claudio J. D. Sales

CanalEnergia.com.br

Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil: Socorro com o dinheiro alheio

Para resolver desequilíbrio que já persiste há anos, os governos Federal e de Goiás pretendem implementar um pacote de salvação que afrontam os mais básicos princípios de governança corporativa e respeito a recursos públicos

Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil, para a Agência CanalEnergia, Artigos e Entrevistas

18/02/2010

Mais uma vez o setor elétrico foi surpreendido com um anúncio que traz à luz o alto risco de politização de um setor que deveria se manter distante das urnas. A situação da estatal distribuidora de eletricidade de Goiás, a Celg, é definida por um cenário de má gestão e alto endividamento (sendo que o próprio estado de Goiás deve à empresa R\$ 1,6 bilhão) que poderia inclusive justificar a reversão de sua concessão pelo Estado brasileiro. Para resolver esse desequilíbrio que já persiste há anos, os governos Federal e de Goiás pretendem implementar um "pacote de salvação" eivado de absurdos que afrontam os mais básicos princípios de governança corporativa e respeito aos recursos públicos. Entre os inúmeros absurdos, destacamos quatro mais gritantes.

Absurdo 1 – A farra da RGR

Por que os consumidores de energia brasileiros devem socorrer a distribuidora de energia goiana com R\$ 3,1 bilhões de recursos da RGR, um encargo cobrado na conta de luz destinado à expansão de investimentos, eletrificação rural e subsídio a consumidores de baixa renda? A Eletrobrás, cuja atual gestão tem dado bons sinais em direção a patamares mais elevados de gestão e de governança corporativa (vide o anúncio do pagamento de bilhões de dividendos atrasados, episódio digno de elogios apesar do atraso de décadas) precisa evitar este retrocesso.

Como gestora da RGR, a Eletrobrás não deve ter a prerrogativa de usar dinheiro que não lhe pertence e desvirtuar o destino desse encargo, ainda mais quando envolve uma situação marcada pela ineficiência no uso de recursos públicos do estado de Goiás. Esse evidente conflito de interesses – a Eletrobrás gerindo recursos dos consumidores de energia do Brasil inteiro e decidindo destinar os mesmos para pagar uma parcela da dívida da Celg com a própria Eletrobrás – levanta um forte questionamento sobre se já não seria a hora de transferir a

gestão da RGR para um agente independente e neutro como o BNDES. Para o bem da própria Eletrobrás e para blindar seus gestores.

Absurdo 2 – Quando o minoritário é quem controla

Com base em quais instrumentos o Governo Federal quer atribuir à Eletrobrás, que ainda teria participação minoritária no capital da Celg, o direito ao controle efetivo da estatal estadual, na forma da nomeação de todos os diretores e do vice-presidente executivo?

Absurdo 3 – O critério que depende de quem pede

Por que o Governo Federal ofereceria discricionariamente ao Estado de Goiás a renovação da concessão da Celg por mais 20 anos? Esta questão de renovação de concessões atinge um grande número de empresas estatais e privadas – nos segmentos de geração, transmissão e distribuição – e o governo até agora não definiu como tratará o tema.

Um assunto tão complexo e tão relevante do ponto de vista econômico – e que já provoca impacto na vida das concessionárias e dos consumidores – será decidido caso a caso, com critérios de urgência definidos de forma discricionária?

Absurdo 4 – Reservado para os amigos

É legítimo – e esperado – que os governos Federal e Estadual busquem uma solução para a Celg, cuja decadência empresarial estaria penalizando o presente e o futuro dos contribuintes e consumidores de eletricidade de Goiás. É possível mesmo que parte da solução deva incluir condições especiais de financiamento e mudanças na gestão da empresa. O que não é razoável é que este pacote seja oferecido de forma exclusiva à Eletrobrás, por duas razões principais: em primeiro lugar, a Eletrobrás tem acionistas privados que estariam recebendo um benefício que contrasta com o preceito constitucional de igualdade entre todos os Brasileiros. Em segundo lugar, podem existir outros candidatos, estatais ou privados, capazes de oferecer outro padrão de solução ou gestão que tire a Celg dessa situação insustentável a um custo menor para a sociedade. A seleção deve ser feita de forma transparente e isonômica, entre o maior número possível de candidatos, Eletrobrás inclusive.

É assustador imaginar que a origem destas e outras distorções seja o uso político do setor elétrico para atender a interesses que se afastam do interesse maior da sociedade. É hora de cobrar das autoridades que “pacotes” como esse nunca mais aconteçam.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)